

\*Aluna do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR) e professora das Faculdades Integradas de Itararé (SP).  
E-mails:?  
[aracelymehl@hotmail.com](mailto:aracelymehl@hotmail.com)

# PEDAGOGIA LIBERTÁRIA: o pensamento educacional anarquista

## LIBERTARIAN PEDAGOGY: Anarchistic educational thinking

Correspondência:  
Address:

Rua Francisco  
Camerino, 110  
Ponta Grossa - PR  
CEP 84015-110  
E-mail:  
[aracelymehl@hotmail.com](mailto:aracelymehl@hotmail.com)

Aracely Mehl Gonçalves\*\*

### Resumo

O estudo da Pedagogia Libertária, utilizada pelos anarquistas, tem sido negligenciada em alguns cursos de licenciatura, nas aulas de História da Educação. Este artigo tem como proposta, colocar alguns dos princípios de tal pensamento pedagógico, no final do século XIX e início do século XX bem como discorrer sobre dois de seus principais educadores; Paul Robin e Francisco Ferrer y Guardia a fim de mostrar que este pensamento pedagógico se encontra ainda atual e presente em outras correntes pedagógicas que nem sempre se remetem a ele.

### Abstract

The study of the Libertarian Pedagogy, as used by anarchists, has been neglected by some Licenciature courses in history of education classes. This article offers some principles of this pedagogical ideal, at the end of the 19<sup>th</sup> Century and start of the 20<sup>th</sup> Century, and discourses on two of its key educators; Paul Robin and Francisco Ferrer y Guardia, in order to demonstrate that this pedagogical ideal is still up-to-date and present in other pedagogical streams of thought which do not always follow it.

### Palavras-chave

Anarquismo; Educação; Pedagogia libertária.

Artigo recebido em:  
08/08/2006

Artigo aprovado em:  
30/10/2006

### Keywords

Anarchism; Education; Libertarian pedagogy.

## Introdução

Entre os anos 1820 e final dos anos 1900, pensadores da educação desenvolveram um conjunto de teorias pedagógicas e idéias que vieram a ser chamadas de “libertárias”. Desde lá, estas teorias tem inspirado muitos experimentos, atividades, programas e outras teorias educacionais. Porém, estas teorias, desenvolvidas sob o signo do anarquismo, têm sido negligenciadas ou até mesmo ignoradas pelos educadores; percebe-se pouca ou quase nula preocupação em devotar tempo ao estudo destas correntes nas licenciaturas.

Suas idéias encontram-se “esquecidas”, devido à falta de conhecimento, proveniente de preconceitos criados ao redor da palavra anarquismo, distorcido por conceitos do senso comum, imaginação popular e, principalmente, devido às campanhas ideológicas, “[...]um amplo processo de perseguição pelos aparelhos de Estado, que não se contentavam em acabar com as escolas, mas quiseram acabar também com sua memória [...]” (GALLO, 1995, p.14).

Entretanto, a história da educação libertária é muito rica. Várias escolas onde este pensamento pedagógico era totalmente utilizado foram fundadas ao redor do mundo.

No Brasil encontram-se referências a estas escolas, chamadas de Escolas Modernas em várias cidades de São Paulo (Bauru, Jaú, Campinas, São Caetano, São Paulo) Minas Gerais (Machado) e no Rio de Janeiro (GIGLIO apud HILSDORF, 2003). Nelas, crianças e adultos podiam estudar em uma atmosfera de liberdade, espontaneidade e amizade, em contraste com o autoritarismo, disciplina e obediência cega que imperava nas escolas tradicionais.

O episódio da educação libertária no Brasil inicia-se com a vinda dos imigrantes no final do século XIX e início do século XX, a fim de substituir a mão de obra escrava na Província de São Paulo para trabalhar nas fazendas de café. Para isto, a Província:

[...] tomou a seu cargo todas as despesas relativas à imigração: pagamento de viagem dos trabalhadores e de suas famílias, criação de um organismo encarregado de dirigir a imigração, através de agências fixadas em vários países da Europa (sobretudo na Itália) partir de 1880, a imigração tornou-se massiva [...] Foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de

trabalhadores de origem européia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil, até a década de 1920 (SILVA, 1986, p.44).

A princípio estes imigrantes dirigem-se às plantações de café, porém, em “[...] razão das condições sociais e da remuneração, os trabalhadores abandonam voluntariamente as plantações ao fim do contrato (um ano) para procurar uma situação mais vantajosa [...]” (SILVA, 1986, p.45). Muitos deles escolheram ir para a cidade para poder exercer as atividades industriais e artesanais que já praticavam em seu país de origem, dando início ao aparecimento de um proletariado urbano (HILSDORF, 2003).

SILVA (1986) aponta que o crescimento da indústria paulista (em 1907 havia 326 empresas em seu território ao passo que em 1929 já existiam 6.923) faz com que muitos dos imigrantes dirijam-se a elas a procura de trabalho, consolidando a cidade de São Paulo como “[...] um grande mercado distribuidor” (FAUSTO, 1977, p.18):

Estudos sugerem a predominância de imigrantes na manufatura. Em 1911, a pesquisa feita na indústria têxtil pela Secretaria de Trabalho do Estado de São Paulo indicou que de 10.204 operários em 23 fábricas, 7.499 eram estrangeiros, dos quais os italianos constituíam 6.044, os portugueses 824, os espanhóis 338, sendo os demais de diversas nacionalidades (MARAM, 1978, p.16).

A vinda dos imigrantes - pessoas de diversas origens, culturas e valores -, traz consigo diferentes pensamentos que convivem pacificamente ou nem tanto dentro das indústrias, porém, “[...] o anarquismo se converteria na principal corrente organizatória do movimento operário, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo.” (FAUSTO, 1977, p.62)

A palavra anarquia vem do grego e significa “sem governante”, sendo assim, esta palavra “[...]pode ser usada para expressar tanto a condição negativa de ausência de governo, quanto a condição positiva de não haver governo por ser ele desnecessário à preservação da ordem”(WOODCOCK, 2002, p.8). Outra explicação histórica do termo nos é dada por Leuenroth (1963, p.22), que nos conta que na Grécia, por volta de 478 A.C. , existiu um homem chamado Arquias que escravizava e barbarizava o povo que se reuniu para protestar contra ele, An - Arquias eram os que se opunham a ele, já que o prefixo An significa não na língua grega. O Anarquismo, como movimento, é um

[...] sistema de pensamento social visando a modificações fundamentais na estrutura da sociedade, com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres(FAUSTO, 1977,p.63).

A liberdade, responsabilidade e autodisciplina são as palavras de ordem do movimento. Para os anarquistas, o futuro da humanidade exclui todo princípio de autoridade, de domínio e de exploração do homem pelo homem. O sujeito que segue as idéias anarquistas é um cidadão, “[...] que não quer ser oprimido mas também não quer oprimir, que não quer ser explorado, mas também não quer explorar, que não quer ser iludido mas também não quer iludir os outros[...].”

( LEUENROTH, 1963, p.22), é preciso que o ideal anarquista seja profundamente conhecido e, para que isto ocorra, é necessário que este indivíduo receba uma educação que seja capaz de “[...] formar consciências livres [...]” ( LUIZETTO, 1984, p.213) e estimular a livre conscientização sem a qual é impossível esperar que ocorra qualquer mudança básica na sociedade (WOODCOCK, 1981).

O movimento anarquista preocupava-se, especialmente, com o papel de educação no processo de mudança radical da sociedade. De um modo geral, era claro para os anarquistas que o fator educação não era o único nem o principal agente desencadeador do processo revolucionário. Mas, era evidente, para eles, que sem a ocorrência de mudanças profundas na mentalidade das pessoas, mudanças promovidas em grande medida pela educação, jamais a revolução social desejada alcançaria êxito (LUIZETTO, 1986, p.20).

## Desenvolvimento

Na visão dos libertários, a educação burguesa tradicional, tanto a oferecida pelo seu aparelho estatal quanto a educação mantida por instituições religiosas, mesmo com o cientificismo propagado pelo Liberalismo presente na época, através do método analítico, é na realidade arbitrariamente ideológica, que se esconde por trás de um discurso de pretensa neutralidade. O sistema de ensino patrocinado pelo Estado simplesmente se dedica a reproduzir as estruturas de dominação e exploração do proletariado, doutrinando os alunos a ocuparem seus lugares já predeterminados.

Expondo o comprometimento do ensino público com a ideologia do Estado e, portanto, a grande dificuldade que se apresenta para que os limites deste condicionamento sejam superados, os

anarquistas se declaram a favor de uma educação que não seja subordinada à religião ou ao Estado.

[...] não lutam pelo ensino público e gratuito oferecido pelo Estado liberal republicano: a postura dos libertários é de levar suas crianças à escola, mas não a escola liberal-republicana, porque esta não correspondia tanto do ponto de vista instrucional) a ciência enquanto suporte do progresso capitalista) quanto do ponto de vista da função de modelagem ( construindo e mantendo a ordem social hierárquica e dual) às necessidades dos trabalhadores definidas pelos libertários, que tinham outro entendimento da relação formação humana – processo de transformação da sociedade(HILSDORF, 2003, p.75).

Perseguem, portanto, uma educação laica que esteja sob a responsabilidade da comunidade, a fim de que a ideologia do Estado não comprometa a liberdade educacional, e assim possa ser formado o homem integral.

Foram duas as maiores correntes pedagógicas libertárias: as idéias de Robin – educação integral e de Ferrer – educação racionalista.

A educação integral proposta pelo educador e pedagogo Paul Robin pressupõe uma educação onde o intelecto e o trabalho sejam igualmente privilegiados, um processo político baseado no direito de todos em se desenvolver livremente, não um ensino que forme uma classe trabalhadora e uma elite pensante. Para que tal educação se consolide, é preciso que levar em conta o desenvolvimento físico, intelectual, moral e manual do indivíduo, seja ele homem ou mulher. Um sujeito educado politicamente, não alienado e, portanto, não explorado pelo capitalismo.

A educação integral é o caminho para esta superação, e um passo na transformação desta sociedade, pois pretende educar ao homem sem separar o trabalho manual do trabalho intelectual, pretende desenvolver as faculdades intelectuais, mas também desenvolver as atividades físicas, harmonizando-as. E, além de tudo isso pretende também aquilo que os anarquistas chamavam de uma **educação moral** que, como já sabemos nada mais é que uma formação para a vida social, uma educação para a vivência da liberdade individual em meio à liberdade de todos, da liberdade social ( GALLO, 1995, p.92).

Robin via a educação como um processo histórico, que se desenvolveu através das idéias de diversos educadores, assim como Rabelais e Rousseau, e que foram sistematizadas no Séc.XIX (GALLO, 1995).

Uma das maiores preocupações do ideal da educação integral era propiciar a criança a descoberta através da observação. A questão dos conflitos de classe se resolveria através da preparação das crianças, meninos e meninas, para se

tornarem adultos completamente preparados para pensar por si mesmos, sem ter o hábito de repetir teorias sem que elas mesmas as tivessem vivenciado.

Esta prática pedagógica vê o homem como um todo, formado por diversos aspectos que se complementam. O educador, dentro desta filosofia educacional, necessita compreender as múltiplas facetas do aluno e respeitá-las, buscando um desenvolvimento harmônico do aluno, pois, “[...] ninguém pode ser feliz se seu desenvolvimento se dá apenas em uma das facetas, relegando as demais ao esquecimento”(GALLO, 1995, p.97).

No ***Programa Educacional***, divulgado em 1882, e elaborado por vários membros importantes do movimento anarquista: Krapotkin, Elisee Reclus, Louise Michel, Jean Grave e Carlo Malato, bem como o educador Paul Robin, com o objetivo de definir normas para orientar as atividades educacionais anarquistas. Ficou estabelecido que três práticas deveriam ser suprimidas das escolas que se orientassem pelos princípios libertários: a disciplina, os programas e as classificações; “[...] a disciplina, porque gera a dispersão e a mentira; os programas, porque anulam a originalidade, a iniciativa e a responsabilidade e as classificações, porque causam a rivalidade, a inveja e o rancor”(LUIZETTO,1986, p.24).

O movimento da Escola Moderna, orquestrado por Francisco Ferrer y Guardia, na Espanha, funda, em 1901, a Escola Moderna de Barcelona, com os princípios da Educação racionalista, que prima pela idéia de liberdade, recebendo apoio dos anarquistas até mesmo no Brasil onde, em 1912, é fundada a Escola Moderna n.1 em São Paulo, seguida por outras escolas e cursos que mantinham a metodologia e a didática racionalista de Ferrer, onde a educação era considerada um ato político, nunca neutro, princípio este que se mantinha em consonância com os ideais anarquistas, que não acreditavam na neutralidade em nenhum campo (MORAES, 2000).

O racionalismo de Ferrer tem como bases os seguintes princípios:

1º – A educação é e deve ser tratada como um problema crucial (trata-se de ocupar o lugar que o poder hegemônico da burguesia exerce nas escolas; 2º – O ensino será científico e racional, ao serviço das verdadeiras necessidades humanas e sociais, da razão natural e não da razão artificial do capital e da burguesia; 3º – Co-educação, pois o homem e a mulher completam o ser humano; 4º- Co- educação de ricos e pobres; 5º- Orientação anti e a-estatal da educação; 6º- Importância do jogo no processo educativo; 7º – Pedagogia individualizada, sem competência técnica nem profissional; 8º – Ausência de prêmio e castigos, supressão de exames e concursos( MORAES, 2000, p.22).

Ferrer, em seu livro *La Escuela Moderna*, advogava que a escola como estava posta, dominava as crianças, física, moral e intelectualmente com o propósito de controlar suas mentes da maneira desejada e modificá-las conforme queriam. Ele reconhecia que a percepção, emoção e vontade deveriam ser unificadas. A espontaneidade é mais valorizada do que a aquisição de informação, o conhecimento deveria ser retirado da experiência ou demonstração racional e científica. Neste ponto de vista, as crianças não deveriam ser nem punidas nem recompensadas. A tarefa de educar pertencia a família e a escola, portanto, reuniões e festivais eram organizados para a apresentação dos trabalhos dos alunos e palestras com os pais.

O Movimento da Escola Moderna mudou a direção da pedagogia centrada no adulto para uma centrada na criança. A autonomia da criança foi, pela primeira vez respeitada e seu desejo de aprender reconhecido como a mais potente força de aprendizado. Buscava-se formar um indivíduo que fosse capaz de ser autônomo, construtor e interventor da sociedade em que estava inserido. O dia da criança, ou seja, a sua realidade proletária, era o que norteava as questões de ensino.

Ferrer era um crítico do ensino religioso, considerava-o dogmático, medieval e subjetivo. Criticava também a educação laica que, como estava posta, não era mais que um jogo político, onde “[...] Deus era substituído pelo Estado, a virtude cristã, pelo dever cívico, a religião pelo patriotismo, a submissão e a obediência ao rei, ao aristocrata e ao clero pelo acatamento ao funcionário, ao proprietário e ao patrão” (FERRER apud LUIZETTO, 1984).

A co-educação em Ferrer, não se limitava apenas em ter na mesma sala meninos e meninas, proporcionando a ambos os sexos o mesmo desenvolvimento de inteligências, mas sim alunos de diferentes classes sociais, a fim de que não existam na escola ensinamentos que as levem a querer conservar seus privilégios e aproveitar-se de suas vantagens (LUIZETTO, 1984).

O Estado reconheceu o perigo deste tipo de educação para a aceitação social da autoridade e, em 1909, Francisco Ferrer é preso na Catalunha, Espanha, julgado por um conselho de guerra e executado.

Porém, seu pensamento consegue levantar muitos seguidores e defensores.

O jornal *A Lanterna*, um dos vários impressos anarquistas que circulavam pela cidade de São Paulo no início do século XX, apresenta em um dos seus artigos de fevereiro de 1910 a seguinte reportagem a respeito dos ideais da Escola Moderna:

A escola não deve ser um lugar de tortura física ou moral para as crianças, mas um lugar de prazer e de recreio, onde elas se sintam bem, onde o ensino lhes seja oferecido como uma diversão, procurando aproveitar a sua natureza irrequieta e alegre, as suas faculdades e sentimentos, falando mais à inteligência do que a memória, esforçando-se por desenvolver harmônica e integralmente os seus órgãos. A experiência, a ação direta, a recreação instrutiva serão muito mais favorecidas pelo professor que compreende sua missão, do que longas e fatigantes preleções e as recitações fastidiosas e sem sentido. O que é verificável pelo próprio aluno, o que é demonstrável, o que é acessível, claro, lógico para a criança, o que ela pode por si mesma descobrir ou desenvolver, isso será preferido a todas as divagações metafísicas ou filosóficas, e todas as afirmações impostas pela autoridade do pedante, que não pode senão habituar à preguiça intelectual (A LANTERNA, 26 fev., 1910).

Numa visão geral, pode-se dizer que são estes os princípios que norteiam a pedagogia libertária (SILVA, 2004):

- **Liberdade:** construída socialmente e conquistada nas lutas sociais.
- **Antiautoritarismo:** pois não é possível formar cidadãos livres fazendo uso de práticas autoritárias e controladores.
- **Educação integral:** a formação total do ser humano, em suas dimensões física, intelectual e moral, sem que exista uma divisão do **saber e saber fazer;** trabalho braçal e intelectual.
- **Autogestão:** colocando a comunidade no controle dos processos e recursos da educação.
- **Autonomia do indivíduo:** uma educação que respeite os estágios de desenvolvimento do educando, que deverá ser tratado como sujeito central da aprendizagem.
- **Exemplo:** o educador necessita observar o falar e o fazer, pois seus exemplos vão educar mais que as palavras.
- **Crítica:** o educador deverá ser crítico até de si mesmo, para que possa fazer a leitura da imposição das ideologias das classes dominantes sobre sua prática.
- **Compromisso e responsabilidade social:** o compromisso com o social leva ao compromisso com os menos afortunados dentro do capitalismo, não existe espaço para a neutralidade dentro do processo educativo.
- **Solidariedade:** a competição, os processos classificatórios, os prêmios e os castigos deverão ser eliminados e substituídos pela ajuda mútua, a exclusão decorrente de critérios competitivos será assim eliminada.



## Considerações finais

Percebe-se que as práticas pedagógicas que têm como base o pensamento libertário, apresentam princípios que ainda se mantêm atuais, assim como a pedagogia crítica, onde a idéia de neutralidade da educação também é recusada. Nela, a escola é considerada um processo político, não apenas porque “[...] trata de tópicos políticos de ocasião, mas também porque é produzida e situada em um complexo de relações políticas e sociais das quais não pode ser abstraída” (GIROUX, 1997, p.88).

Seus objetivos são tornar os alunos críticos, responsáveis pela transformação do mundo, vivendo de forma coletiva, modificando o seu entorno e a si mesmos, livres, porém não individualistas. Pessoas que não se encontram acomodadas ou ainda ajustadas ao sistema social, mas sim um ser que vive na interação com outros homens.

A Educação é, neste pensamento, o processo que visa à promoção do indivíduo e não seu ajuste à sociedade. Este processo se dará através do estudo das práticas políticas e econômicas nas quais o aluno está inserido, debates dos problemas da comunidade, exame desses e desenvolvimento de propostas de mudança que melhorem suas vidas.

Atualmente existem casos de escolas que chamam a atenção por suas “novas” propostas. Vemos crianças opinando a respeito de conteúdo, tendo suas vozes ouvidas, respeitadas em seu nível de aprendizagem, em seu saber e linguagem, professores conscientes de seu papel político, uma educação, usando o termo atual, holística ou, já diriam os libertários, integral.

Os discursos educacionais da atualidade, assim como o discurso libertário, postulam que o homem não se desenvolve sozinho, mas sim em sua inserção e participação na sociedade, em sua relação com as demais pessoas. O aspecto relacional, a realidade em que o sujeito está inserido, seus valores, devem ser observados para que possamos educar para que ele tenha uma participação ativa na sociedade.

Após termos colocado algumas informações a respeito da pedagogia libertária, voltamos nossa fala para a necessidade de um estudo mais aprofundado desta corrente pedagógica nos cursos de graduação, para que os futuros educadores não cometam o erro de passar por este período educacional tão rico sem que saibam de sua existência, dividindo nossa

história da educação em Escola Tradicional e Escola Nova, deixando um vácuo entre elas, onde, na verdade, neste espaço “esquecido” se encontram alguns dos princípios do pensamento educacional que hoje defendemos.

É preciso que educadores não saiam a apreender novas teorias como se estas fossem a - históricas, resultados da mente brilhante de algum pesquisador. Teorias resultam de um processo histórico, movendo-se num ir e vir.

Conhecê-las e perceber sua inter-relação nos possibilita uma maior visão crítica, nos coloca na posição de sujeitos históricos que só assim podem escolher entre duas vias possíveis: educar pessoas comprometidas com a manutenção da sociedade como ela esta posta ou pessoas capazes de transformá-la.

## Referências

- A LANTERNA. *A Escola Moderna em São Paulo*. São Paulo, 26 de fevereiro de 1910.
- FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. Ed.Difel, Rio de Janeiro, RJ, 1977.
- GALLO, S. *Pedagogia do Risco*, Ed.Papirus,Campinas, SP, 1995.
- GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Artes Médicas, Porto Alegre, RS, 1997.
- HILSDORF,M.L.S. *História da Educação Brasileira: leituras*.Ed.Thompson,São Paulo, SP, 2003.
- LEUENROTH, E.*Anarquismo: roteiro de libertação social*.Ed.Mundo Livre, Rio de Janeiro,RJ, 1963.
- LUIZETTO, F. V. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920*,Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1984, tese de doutoramento.
- \_\_\_\_\_. *O Movimento anarquista em São Paulo: A experiência da Escola Moderna N.1 ( 1912-1919)*, Revista Educação e Sociedade, n.24, ago.1986, p.18-47.
- MARAN, S. L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1978.
- MORAES, J. D. de. *A Trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos centros de cultura*, Faculdade de Educação/UNICAMP, 2000, dissertação de mestrado.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Ed. Alfa Omega, São Paulo, SP, 1986.
- SILVA, A. O. da. *Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítica* Revista Espaço Acadêmico, n.42, nov.2004. Disponível em [http://www.espacoacademico.com.br/042/42pc\\_critica.htm](http://www.espacoacademico.com.br/042/42pc_critica.htm) acesso em 14/ 05/2006
- WOODCOCK, G. *História das idéias e movimentos Anarquistas*, vol1. Ed. L&PM Pocket, Porto Alegre, RS, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os grandes escritos anarquistas*. Ed. L&PM Pocket, Porto Alegre, RS, 1981.